



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E JURÍDICAS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCENTIVO AO  
SETOR DE BARES E RESTAURANTES DURANTE A PANDEMIA DE  
COVID-19

MATHEUS MORAIS DE FIGUEIREDO

**Orientador:** Prof Eduardo Halpern

Rio de Janeiro

2022

MATHEUS MORAIS DE FIGUEIREDO

ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCENTIVO AO  
SETOR DE BARES E RESTAURANTES DURANTE A PANDEMIA DE  
COVID-19

Monografia apresentada à Escola de Administração Pública na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para a obtenção do grau de Bacharelado em Administração Pública

Aprovado em 08/08/2022

Banca Examinadora:

---

Prof. Rossandro Ramos  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Julio Macedo  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

---

Prof. Eduardo Halpern  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

## **RESUMO**

Este trabalho visa analisar o comportamento do setor de bares e restaurantes a partir da ascensão da Pandemia de Covid-19, com o foco na saúde financeira e operacional das empresas e seus colaboradores. Foi analisada a implementação de programas de auxílio governamental para pequenas e médias empresas e sua execução na prática, entendendo como a intervenção estatal impactou de maneira positiva, negativa ou indiferente tais organizações. Após realizar uma revisão documental dos programas de auxílio aos micro e pequenos empresários e uma entrevista semi estruturada com cinco empreendedores do ramo de bares e restaurantes foi constatada a importância das ações governamentais, principalmente na manutenção de postos de trabalho e no pagamento de dívidas correntes, bem como no fluxo de caixa. Apesar destes benefícios promovidos pelos governos, foi observado um comportamento burocrático destas políticas públicas, o que ocasionou uma dificuldade dos empreendedores para aderir aos programas de auxílio e mitigar os prejuízos causados pela Pandemia de Covid-19.

Palavras-chave: Pandemia; Crise Econômica; Intervencionismo; Empreendedorismo; Emprego e Renda.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze the behavior of the bar and restaurant sector from the rise of the Covid-19 Pandemic, with a focus on the financial and operational health of companies and their employees. The implementation of government aid programs for small and medium-sized companies and their implementation in practice was analyzed, understanding how state intervention impacted such organizations positively, negatively or indifferently. After carrying out a documentary review of the programs to help micro and small entrepreneurs and a semi-structured interview with five entrepreneurs in the bar and restaurant business, the importance of government actions was verified, mainly in the maintenance of jobs and in the payment of current debts, as well as cash flow. Despite these benefits promoted by governments, a bureaucratic behavior of these public policies was observed, which caused a difficulty for entrepreneurs to adhere to aid programs and mitigate the damage caused by the Covid-19 Pandemic.

Keywords: Pandemic; Economic crisis; Interventionism; Entrepreneurship; Employment and Income.

## Sumário

Lista de Figuras.	5
1. Introdução.	6
1.1 Contexto	
1.2. Objetivo da Pesquisa.	8
1.3 Delimitação do Tema.	9
2. Revisão da Literatura.	10
2.1 Conceito de políticas públicas.	10
2.2 Classificação e formação das políticas públicas.	11
2.3 Responsabilidade do Estado em tempos de crise.	13
2.4 Medidas emergenciais durante a Pandemia.	14
3. Metodologia.	16
3.1 Coleta de dados documentais.	17
3.2 Seleção de Sujeito.	17
3.3 Roteiro das entrevistas.	19
3.4 Limitações.	20
4. Resultados e Discussão.	21
4.1 Proger Urbano.	21
4.2 Medida Provisória nº 936 de 1º de abril de 2020.	23
4.3 AGERIO.	26
4.4 Auxílio Empresa Carioca.	27
5. Análise das Entrevistas.	30
5.1 Primeiros impactos.	30
5.2 Tratamento com funcionários, utilização de programas de auxílio à economia e perspectiva de retomada.	34
6. Conclusão.	39
Bibliografia.	40

## **LISTA DE FIGURAS**

**Gráfico 1: Taxa de Desemprego na Cidade do Rio de Janeiro; comparação dos primeiros trimestres dos anos ..... 38**

**Gráfico 2: Taxa de crescimento da população ocupada por grau de instrução (em %) - Brasil ..... 39**

## **1. Introdução**

### 1.1 Contexto

Após a disseminação do Novo Coronavírus e a definição do estado de Pandemia mundial, todos os setores da sociedade sofreram diversos impactos nas mais variadas formas. Além das milhares perdas humanas, foi necessário realizar a interrupção da maioria das atividades comerciais, administrativas, educacionais, turísticas, logísticas, entre outros setores, com o objetivo de diminuir a velocidade do contágio e conseqüentemente o número de casos e óbitos. A partir destas interrupções das atividades rotineiras de trabalho, o setor privado promoveu adaptações e inovações para tentar reduzir o impacto econômico e social, buscando equilibrar as contas, alterar funções de colaboradores e adaptar a produção de acordo com as previsões de demanda, alteradas pelo temor do mercado.

Com o advento da Pandemia de Covid-19 em todo o mundo, e adentrando o território brasileiro em março de 2020, diversos métodos de prevenção foram disseminados em nossa sociedade a fim de diminuir o contágio e, conseqüentemente, reduzir o número de casos e óbitos. Infelizmente, por uma série de motivos políticos, econômicos e sociais, todos os procedimentos necessários para frear a velocidade de disseminação do vírus não foram executados de forma adequada, o que gerou um número de casos e de mortes muito acima do esperado.

Uma das intervenções necessárias para diminuir a circulação do vírus, foi a interrupção de atividades comerciais, incluindo a maioria dos setores econômicos existentes em nossas cidades. Apenas os chamados serviços essenciais foram permitidos funcionar em sua integralidade, fazendo com que farmácias, mercados, hospitais e postos de saúde fossem autorizados a funcionar durante o período de lockdown. Apesar de ter sido uma providência fundamental para tentar sanar a crise sanitária provocada pela pandemia, a grande quantidade de setores econômicos que não foram autorizados a manter seu funcionamento, ou seja, que aderiram ao lockdown, sofreram prejuízos incalculáveis, o que ocasionou na perda de poder aquisitivo da população em geral, principalmente o micro e pequeno empresário.

Segundo Nogueira, Silva e Carvalho (2020), essa “virose econômica” desestruturou grande parte das cadeias produtivas ao redor do mundo, sendo consequência de um fenômeno social e cultural chamado lockdown endógeno, onde grande parte da população, de forma voluntária, alterou seus comportamentos sociais, evitando a participação em aglomerações, uso de transporte público, frequentar estabelecimentos fechados, entre outras situações que seja possível a transmissão do vírus com mais facilidade.

Tais mudanças no comportamento afetam principalmente a saúde financeira das micro e pequenas empresas, visto que, para Bartik et al. (2020) o limitado capital de giro e suas baixas reservas de capital impossibilitam o cumprimento de compromisso de curto prazo dessas empresas. Segundo Sebrae (2020), uma empresa desta natureza consegue sobreviver aproximadamente 23 dias sem faturamento, porém, após esse prazo, existem chances de falência ou grandes prejuízos que impedem a manutenção de empregos, recolhimento de tributos e a circulação de capital no mercado. Visto que os períodos de lockdown na maioria das cidades brasileiras ultrapassou o número apresentado pela pesquisa do Sebrae, é visível a situação calamitosa em que tais negócios estiveram expostos.

Sebrae (2020) mostra que o comércio varejista sofreu uma queda de lucratividade na ordem de 27%, sendo o micro e pequeno negócio sofrendo queda de 69% no auge da pandemia. O setor de alimentação e bebidas registrou baixa de 66%, representando a mudança de comportamento do consumidor com sua adequação aos cuidados contra a disseminação do Covid-19. Organizações estruturadas e com uma gestão integrada e informatizada conseguiram adaptar rapidamente suas tarefas e rotinas para o trabalho remoto, porém, pequenos e médios negócios enfrentaram maiores dificuldades neste processo, o que limitou ainda mais as condições operacionais e financeiras de tais negócios (Nogueira et al, 2020). Pequenos negócios sendo prejudicados, conseqüentemente aumentando a taxa de mortalidade das empresas, resultam em quadros econômicos preocupantes para todo o país (Amin, 2020).

Apesar do cenário delicado, três quartos da massa de trabalhadores se encontram ocupados em pequenas e médias empresas, sendo empregados formal ou informalmente por estas (Nogueira e Zucoloto, 2019). Dado a devida importância para esse segmento do mercado, faz-se fundamental a intervenção estatal com o objetivo de manter tais negócios em funcionamento a fim de garantir as engrenagens da economia ativas, visando a recuperação no momento em que os sistemas de saúde consigam atingir índices positivos sobre número de casos e mortes por Covid-19.



Juntamente com outros setores econômicos afetados pela interrupção das atividades por conta da Pandemia de Covid-19, o segmento de bares e restaurantes faz parte de uma cadeia produtiva onde também se encontram os setores de turismo, entretenimento e afins. Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2020), restaurantes e bares representaram 53,3% do total de movimentações financeiras desta área econômica no ano de 2019. Utilizando um recorte temporal em um momento pré-pandemia, no primeiro trimestre de 2020, o setor de bares e restaurantes do Rio de Janeiro obteve um faturamento de R\$ 72,8 milhões (SINDRIO, 2020a).

Após as implementações de medidas preventivas contra a disseminação do Novo Coronavírus, e conseqüentemente, a interrupção das atividades padrões em bares e restaurantes, os indicadores colhidos imediatamente apresentaram um quadro delicado para este setor, desde a queda do número de empregos formais e recolhimento de impostos. No mês de abril de 2020, o faturamento estimado do setor de bares e restaurantes foi de R\$ 300 milhões, reduzindo 70,2% a arrecadação de ICMS para os cofres do Estado do Rio de Janeiro, sendo o pior registro da história deste indicador (SINDRIO, 2020b).

Apesar da economia globalizada ser cada vez mais atuante e relevante para o Produto Interno Bruto de qualquer país, desde a década de 1980, os empreendedores locais recebem cada vez mais importância no contexto regional e principais impulsionadores do crescimento econômico. Por outro lado, mesmo obtendo tamanha relevância, Nogueira et al (2020) enfatiza os prejuízos de pequenas e médias empresas e relaciona com um certo atraso de Governos Federal e Estadual na elaboração de programas de recuperação econômica e manutenção de empregos. Tal pontuação se refletiu no número de demissões geradas no início da pandemia, sendo desativados 17.993 empregos formais no estado do Rio de Janeiro (SINDRIO, 2020c).

Diante das mais variadas formas de adaptar as gestões administrativas, financeiras e jurídicas, uma das alternativas adotadas pelos empresários foi a utilização de auxílios governamentais para reduzir seus gastos com funcionários, impostos, produtos e serviços. A partir disso, o presente trabalho examinará as conseqüências da situação econômica e social dos empresários do setor, bem como os inúmeros impactados direto ou indiretamente pela criação e manutenção de postos de trabalho. Devido à importância citada nesta introdução, faz-se relevante examinar as variáveis de impacto no setor de bares e restaurantes e as conseqüências na adesão ou não dos programas de auxílio das diversas esferas de governos.

## **1.2 Objetivo da pesquisa**

Descrever as políticas públicas de incentivo ao micro e pequena empresa e entender a importância destas ações por meio de uma pesquisa de campo e entrevistas com empresários do setor de bares e restaurantes da Cidade do Rio de Janeiro.

## **1.3 Delimitação do tema**

O presente estudo de caso irá analisar o comportamento dos empresários do setor de bares e restaurante que foram impactados pela ascensão da Pandemia de Covid-19, tendo seus resultados financeiros abalados, possivelmente realizando processos de demissão, diminuindo seus investimentos em produtos e serviços e corroborando para o cenário macroeconômico de recessão, queda do PIB e diminuição do poder aquisitivo do brasileiro.

Será detalhado planos de auxílio econômico como, abatimento dos salários de funcionários considerando a diminuição das horas trabalhadas, isenção de recolhimento de impostos, entre outras políticas de incentivo, promovido pelo Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Para a compreensão da eficiência de tais políticas públicas, a pesquisa de campo será fundamental para o entendimento da adesão e o sucesso de tais incentivos, obtendo-se a corroboração dos empresários no que comprova a utilidade e importância das medidas de auxílio econômico, ou a crítica dos responsáveis do setor, apresentando ressalvas a intervenção estatal e funções desses programas de auxílio que não conseguiram contemplar totalmente as carências do setor.

A hipótese inicial é evidenciar a importância das ações do Setor Público no contexto de crise econômica, evitando a demissão de um grande número de empregados e a diminuição do índice de falência de pequenas e médias empresas do setor de bar e restaurante. Evidentemente, há casos onde os prejuízos causados pela interrupção das tarefas comerciais por conta da Pandemia de Covid-19, portanto, também se faz importante verificar o que os programas de auxílio governamental não ofereceram aos empresários que necessitaram de mais recursos para manter seu negócio operacionalmente viável.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1 Conceito de Política Pública

Com o objetivo de contextualizar a proposta do trabalho e seus referenciais teóricos, a primeira etapa é acompanhar a evolução do tema políticas públicas ao longo dos anos. O conceito de políticas públicas surge no início do século XX, sendo apenas relacionado com os estudos da administração pública após os anos 1950 (HENRY, 1975). A introdução desta função na estrutura estatal transformou as responsabilidades do administrador público. Segundo Fischer (1984), até os anos de 1930, o gestor público era apenas uma engrenagem na estrutura pública, seguindo um protocolo padrão. Foi após a Primeira Guerra Mundial, com alterações mundiais de âmbito social e econômico significativas que provocou a mudança do perfil do administrador público, se transformando em um colaborador para a construção das políticas públicas, a fim de atender às crescentes demandas sociais da época.

Um dos pioneiros no estabelecimento do conceito de política pública, Laswell (1936) apresenta o termo *policy analysis* (análise de política pública), envolvendo os teóricos do campo da ciência política com as ações governamentais implementadas ainda nos anos de 1930. Segundo o autor, a análise de políticas públicas foi uma prática de relacionar o conhecimento científico e acadêmico das ciências políticas com a produção empírica e as primeiras políticas públicas incrementais que o governo americano realizava na época.

Segundo Saraiva e Ferrarezi (2006), nos meados do século XX, não atendendo as diversas novas demandas da sociedade, a administração pública brasileira como um todo, perdeu sua credibilidade por conta de repetidas decisões autoritárias. Apenas com os movimentos de redemocratização e promovendo a transparência nas tomadas de decisões formuladoras das políticas públicas foi possível retornar a confiança da população no Poder Público. Segundo os autores, a partir dos anos de 1980, as ações governamentais tornaram-se mais ágeis, justamente pela presença mais frequente da sociedade durante o processo de criação de políticas públicas, o que fortaleceu a imagem da administração pública.

Este preâmbulo colabora para o entendimento do conceito da política pública. De acordo com Saravia e Ferrarezi (2006):

“Mas o que é uma política pública? Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir

desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. (SARAVIA E FERRAREZI, 2006)”

Portanto, podemos concluir que, políticas públicas sendo iniciativas práticas do Estado para desenvolver algum ponto da sociedade, nada mais sensato do que contar com a própria sociedade para construir uma agenda de programas governamentais de políticas públicas.

Pinto (2017) apresenta uma distinção entre políticas públicas e políticas sociais. Enquanto o primeiro foca no ‘por quê’ e ‘como’ uma ação governamental foi realizada, apresentando uma visão operacional, o segundo termo visa a qualidade e eficiência da ação pública, em relação aos seus resultados. Não obstante, o autor enfatiza a multidisciplinaridade do campo de políticas públicas, envolvendo diversas áreas da administração pública que colaboram para a solução de uma determinada demanda social. Seguindo o panorama de encontrar as soluções para as várias facetas, há a possibilidade de incluir outros atores para contribuir no cumprimento das políticas públicas, envolvendo organizações não governamentais e organizações privadas que podem realizar serviços de interesse público (Frederickson, 1999).

Existem ressalvas neste processo democrático de implementação de políticas públicas, principalmente na ótica da ciência política. Nunes (1997) destaca a característica brasileira do clientelismo e patrimonialismo nas ações do Estado, visto que, diversas pautas governamentais são elaboradas com o objetivo de satisfazer um público alvo e, assim, colaborar para o ganho de capital político de um determinado indivíduo que busca conquistar ou manter cargos públicos. Arretche (2004) aponta mais uma problemática do federalismo na proposição de políticas públicas no cenário brasileiro. Governos estaduais e municipais não se adiantam em promover ações, pois muitas das vezes, a competência e os recursos financeiros estão basicamente concentrados no Governo Federal.

## 2.2 Classificação e formação das políticas públicas

Para compreender o processo de formação das políticas públicas ao redor da crise atual, é preciso analisar as referências e o histórico das ações governamentais e seus critérios de elaboração.

Saravia e Ferrarezi (2006) apresenta as diversas fases de planejamento e implementação da política pública. Segundo os autores, primeiramente o governo define sua agenda de acordo com determinadas necessidades sociais percebidas, ou “problemas públicos”. O segundo momento é a elaboração de alternativas de soluções para tal problema, considerando o custo benefício para os diversos atores envolvidos na implementação dessa agenda. A terceira fase se dá na seleção da melhor alternativa para satisfazer o problema inicial abordado, examinando novamente seus custos e conveniência. A quarta fase seria a implementação da política pública, realizando seu planejamento e organização dos recursos públicos a fim de cumprir com o objetivo inicial. O quinto momento seria a própria execução da política pública. O sexto, é o acompanhamento da execução, processo constante de supervisão das atividades para garantir o bom funcionamento. Por último, ocorre a avaliação dos resultados, utilizando todos os indicadores e feedbacks recolhidos da execução, sendo um processo realizado após o término do cronograma planejado, fundamental para a construção de futuras políticas públicas.

Lembrando que, por conta da urgência da implementação de diversas políticas públicas, tal como visto nesse período por conta da crise causada pela pandemia, muitas etapas citadas são realizadas paralelamente, o que dificulta o entendimento e a comunicação entre governo e público alvo.

Ainda na discussão do entendimento das políticas públicas, Lowi (1972) identificou diversas classificações no perfil das ações governamentais de acordo com a percepção da sociedade. Segundo o autor, uma política pública pode ser considerada distributiva, quando determinados recursos novos são direcionados para um público alvo, tendo assim, pouco conflito em sua implementação. Por outro lado, uma política pública pode ser redistributiva, o que possibilita a criação de conflitos, visto que é gerado um deslocamento de recursos de um público ao outro. Concluindo a classificação, um programa governamental pode ter caráter regulatório, onde são instituídos decretos ou outros atos normativos, que variam quanto ou grau de conflitividade e, por fim, uma política pública pode ser constitutiva, fazendo com que haja mudança de leis ou procedimentos.

Thoenig apud Grawitz (1985) também caracteriza as políticas públicas em cinco elementos básicos em sua elaboração e execução. Conforme o autor, políticas públicas são formas de reaproveitar recursos, incluindo esses em um ‘quadro geral de ação’, com a definição de um público alvo, apresentando metas e objetivos factíveis esperados pela política, seguindo normas e valores promovidos pela administração pública.

As formulações, seleção de critérios e sucessão de políticas públicas são de maior parte, conforme refletido nas contribuições de Lindblom (1979), evoluções incrementais de ações governamentais passadas. Isto ocorre devido a facilidade do Poder Público de entender os pontos positivos e negativos de políticas públicas anteriores e desenvolver variáveis, a fim de cumprir com objetivos e demandas semelhantes ao que serviram para a formulação das ações de governo passadas, valorizando assim o empirismo da administração pública.

### **2.3 Responsabilidade do Estado em tempos de crise**

Em um país onde, historicamente, sempre existiu inúmeras demandas sociais e reduzidos recursos públicos para sanar tais problemas, é factível que desigualdades sociais e econômicas criem um clima constante de crise. No tocante à crise humanitária brasileira, o que resulta em fenômenos de exclusão contra uma parcela da população marginalizada, de acordo com Noguera (2000) e Raventos (2001), há de se construir uma agenda pública com o fortalecimento de serviços sociais e de renda mínima, havendo a consequência de universalizar os serviços públicos e criar uma estrutura financeira estatal que suporta a renda básica mínima.

Como elaborado por Conti (2020), a Pandemia de Covid-19 escancarou uma ‘crise tripla’, posto que, tanto no lado sanitário, econômico e comportamental, o brasileiro esteve afetado gravemente. A crise sanitária foi a primeira e mais grave a ser combatida, com a elaboração de estratégias de diminuição dos casos da doença, exigindo a criação de hospitais de campanha e a realocação de recursos para o setor de saúde, com o objetivo de prover o atendimento e tratamento necessário a todos os brasileiros. A crise econômica foi uma consequência da paralisação de diversas atividades comerciais, em conjunto com o medo dos cenários futuros de incerteza que foram gerados pela pandemia. Por último, o autor ressalta a crise comportamental, causada pela obrigação universal de mudar hábitos e costumes, como o

mais relevante, obedecer o isolamento social e diminuir a circulação em áreas públicas, o que causou incontáveis alterações psicológicas e emocionais em grande parte da população.

Outro trabalho relevante para o entendimento do papel do Estado em momentos de crise foi a comparação do comportamento do Governo Federal nas crises econômicas de 2008 e nesta crise de 2020 (Valentin, Machado, Mountian, 2020). Em 2008 o Governo Federal se baseou basicamente em reforçar as políticas públicas já existentes, tendo o Poder Executivo como principal autor de tais programas. Em 2020, houve a necessidade de criar novas políticas públicas de caráter transitório, por conta das novas demandas surgidas na sociedade. Outra modificação foi na iniciativa do planejamento, sendo o Poder Legislativo mais ativo na proposição das políticas.

Corroborando com esta comparação, Boin e T' Hart (2003) evidenciam que, grandes crises não são ambientes propícios para se estabelecer políticas públicas perenes, visto que o cenário emergencial não necessariamente irá se refletir no futuro. Para eles, existe uma dicotomia entre gestão de crise e formulação de grandes políticas públicas fixas, sendo uma atitude perigosa realizar reformas administrativas em uma época de crise.

#### **2.4 Medidas emergenciais durante a Pandemia**

A partir do Decreto Nº 48.706 de 01/04/2021, a cidade do Rio de Janeiro instaurou as medidas emergenciais, sob caráter excepcional e temporário, com o objetivo de diminuir a proliferação dos casos de Covid-19, e conseqüentemente, a garantia do funcionamento dos serviços de saúde e essenciais. Para obter tal resultado, foram implementadas medidas restritivas em todas as atividades econômicas, a fim de reduzir a circulação de pessoas, incentivando os trabalhos remotos, por meio de home office e afins, assim como os serviços de entrega *delivery*, que bares, restaurantes e outros comércios se utilizaram para atender seu público nos momentos em que os estabelecimentos físicos estavam fechados para atendimento.

Segundo o Art 3º do mesmo decreto, foram suspensas as atividades de boates, danceterias, salões de dança e casas de espetáculo e atividades econômicas realizadas nas areias das praias da cidade. Em seu Art. 5º, é listado as restrições ao setor de bares e restaurantes, reduzindo o horário de funcionamento até às 21hrs, com uma hora de tolerância, proibindo o atendimento de clientes em balcões ou em pé, sendo permitido apenas o

atendimento de clientes alocados em mesas. Após o horário de atendimento determinado, foi permitido o funcionamento interno apenas para serviços de entrega à domicílio, retirada no local (take away) ou drive thru, sendo proibido o consumo no local do estabelecimento.

Os órgãos competentes para a fiscalização e garantia dos limites determinados no decreto foram a Secretaria Municipal de Ordem Pública, Guarda Municipal do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Saúde, sendo eles responsáveis pelo controle, alinhamento com a população e possíveis advertências e punições aos estabelecimentos ou pessoas físicas. As sanções em caso de descumprimento das medidas de segurança vão de multa fixada em R\$ 562,42 para pessoas físicas ou apreensão de mercadorias e produtos, e por fim, interdição total por 15 dias do estabelecimento em caso de infrações graves.

Devido a diversas condições econômicas e sociais em que o setor está inserido, muitos responsáveis por estabelecimentos não estavam preparados para promover as mudanças previstas nos decretos e recomendações dos órgãos de vigilância sanitária. Os órgãos de fiscalização realizaram ações preventivas e repressivas em todos os pontos da cidade, aplicando multas e apreendendo mercadorias de estabelecimentos que descumprem as medidas de segurança. Segundo a Secretaria Municipal de Ordem Pública, desde o início do ano de 2021 até o mês de setembro, foram aplicadas 7.416 multas por conta da ausência de medidas restritivas na cidade do Rio de Janeiro (Guedes, 2021)

Ao mesmo tempo em que o Estado deve garantir o bom funcionamento das atividades comerciais e o respeito com as medidas de prevenção ao Covid-19, deve-se elaborar e implementar planos de ação que consiga prover aos empreendedores do setor de bares e restaurantes uma sobrevida financeira, visto que suas dinâmicas de trabalho foram gravemente afetadas durante a primeira onda de lockdown na cidade. Diversas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de fornecer linhas de créditos para pequenas e médias empresas, manter funcionários em seus empregos, diminuindo os índices de desemprego e renda média da população.

Pela análise do material bibliográfico ficaram evidenciadas as perdas no setor de gastronomia, que precisará se adequar a novos critérios sanitários para a continuidade de suas atividades. Nesse cenário, a adoção de técnicas e tecnologias voltadas à sustentabilidade (eixos econômico, social e ambiental) pode ser um diferencial, que pode contribuir para a retomada do setor (Finkler, Antoniazzi e Conto, 2020).



### 3. Metodologia

Para cumprir com os objetivos estabelecidos, o presente trabalho irá realizar duas pesquisas qualitativas: primeiramente será feito um levantamento dos impactos da Pandemia de Covid-19 no setor de bares e restaurantes e as ações governamentais para sanar os prejuízos da esfera econômica. Para isso, será consultado sites do Governo estadual e municipal do Rio de Janeiro e sites do Governo Federal, com o objetivo de buscar as descrições dos programas de auxílio aos empresários, realizando suas descrições, situações aplicáveis, público alvo, orçamento empenhado e valor destinado para cada indivíduo que solicitou tal auxílio. Serão levantados os principais programas governamentais de auxílio aos empresários, considerando o orçamento empenhado, número de participantes e repercussão nacional.

O método de análise das políticas públicas é considerado híbrido, visto que foram utilizadas principalmente duas formas de pesquisa, a documental e exploratória, com base em entrevistas semi estruturadas. Sendo consideradas duas classes de pesquisas qualitativas, se aprofundar no estudo e contemplar as diversas variáveis que contribuíram para a construção do fenômeno é fundamental para a análise. A amostra da pesquisa não necessariamente necessita ser grande, visto que a riqueza das informações é mais valorizada que a quantidade dos dados tratados (Gil, 1999)

Do mesmo modo, a pesquisa documental presente neste trabalho também não busca um enorme acervo de arquivos governamentais, uma vez que o objetivo da análise é justamente descrever o máximo de informações possíveis sobre as políticas públicas e sua importância na prática. Lakatos e Marconi (2001) valorizam essa forma de coleta de dados, dado que os dados buscados para a exposição e discussão são consideradas fontes primárias, tais como arquivos públicos, leis, decretos, atos normativos, entre outros documentos.

Para completar o modelo de pesquisa híbrido, o presente trabalho realizou entrevistas semi estruturadas com considerados micro e pequenos empresários que vivenciaram por completo a crise causada pela Pandemia de Covid-19, tendo que negociar com funcionários, fornecedores e outros atores envolvidos no funcionamento e legalização do estabelecimento comercial. Seguindo os conceitos de Gil (1999), as entrevistas são as formas mais comuns e rotineiras de coletas de dados, sendo devidamente justa para o entendimento das experiências de indivíduos que presenciaram e sentiram as consequências de um determinado evento. De

acordo com o tempo limitado dos entrevistados, a entrevista se deu pela forma semi estruturada, seguindo um roteiro de perguntas, porém, sendo alternadas de maneira que se tornasse mais confortável para a conversação entre o entrevistador e o entrevistado. Laville e Dionne (1999) expõem que o foco da entrevista semi estruturada é realizar perguntas abertas, conforme uma ordem prevista, podendo ser variadas de acordo com as características do entrevistado.

As entrevistas foram realizadas de forma presencial e no ambiente de trabalho dos entrevistados. A duração média das entrevistas foi de cinco minutos, onde o entrevistador, na maioria das vezes, fez seus relatos de maneira bastante objetiva.

### **3.1 COLETA DE DADOS DOCUMENTAIS**

Completando a análise qualitativa híbrida proposta neste trabalho, foram realizadas pesquisas de campo com entrevistas semi estruturadas com empresários do setor de bar e restaurante para se entender a eficiência e as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal e o Governo do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

O objetivo da realização de entrevistas e pesquisa de campo será analisar a saúde financeira e operacional dos negócios do setor, a adesão aos programas de auxílio do governo, identificar os fatores de possível sucesso ou fracasso das organizações utilizando o regime de incentivo promovido pelo Setor Público.

### **3.2 SELEÇÃO DE SUJEITO**

Foram selecionados 5 empresários que possuem negócios no ramo de bares e restaurantes, que utilizam ou não auxílios governamentais. A escolha dos indivíduos que foram entrevistados foi baseada na conveniência, visto que, todos os estabelecimentos estão presentes na zona sul da cidade do Rio de Janeiro, principalmente nos bairros do Flamengo, Catete, Laranjeiras e Botafogo. Além disso, os comerciantes escolhidos para o estudo possuem estruturas e recursos de tamanho semelhante, ou seja, estabelecimentos limitados de 20 a 50 m<sup>3</sup>, número de funcionários entre 1 e 5 e renda média anual compatível com o que solicita o Simples Nacional.

Outro fato semelhante entre todos os entrevistados, é a existência de seus negócios a longo prazo, ou seja, os empresários participantes da entrevista já possuíam seus estabelecimentos antes da Pandemia de Covid-19, resistindo a crises econômicas anteriores, vivenciando momentos ascendentes e decrescentes do mercado, portanto, obtendo vasta experiência prática no setor de bares e restaurantes.

Considerando que a seleção dos entrevistadores foi realizada de maneira não probabilística, a pesquisa fica responsabilizada pelo julgamento pessoal do autor, onde há o entendimento de que os escolhidos para a participação do estudo representam de maneira eficiente o propósito da pesquisa (MALHOTRA, 2001). Outro ponto de reflexão é a minimização dos custos de tempo e financeiros para a realização da pesquisa de campo, pois há uma maior proximidade geográfica e relacional com os entrevistados. Por fim, este método de seleção pode ser não considerada a mais precisa, visto que ignora conceitos de amostragem probabilística (AAKER, KUMAR e DAY, 2004)

Detalhando os cinco entrevistados:

Ana Maria, 61 anos, proprietária e responsável pelo Bar Martins, localizado na Rua Marquês de Abrantes, nº 91, Flamengo. O Bar Martins possui décadas de existência, sendo um dos estabelecimentos mais tradicionais do bairro. No ano de 2018 passou por uma reforma, mudando seu público alvo para clientes de maior poder aquisitivo. Seu destaque vai para a vida noturna, consumo de bebidas alcólicas, possuindo também cardápio de refeições, o que atrai diversos clientes para almoço, principalmente indivíduos que trabalham nas proximidades. Atualmente 5 funcionários, sendo 1 gerente, 2 garçons e 2 cozinheiros.

Dário, 59 anos, gerente do Bar do Osmar, localizado na Rua Marquês de Abrantes, nº 64, Flamengo. O Bar do Osmar também se destaca pela vida noturna e pequenas refeições, tendo um aspecto de tradicional bar carioca, atendendo um público de diferentes faixas etárias, visto que, em frente ao bar se localiza uma faculdade. Possui uma gestão familiar, tendo como alguns funcionários pertencentes à família do gerente. Atualmente possui 4 funcionários, sendo 2 gerentes, 1 garçom e 1 cozinheiro.

José Magalhães, proprietário e responsável pelo Bar Rimar, localizado na Rua Marquês de Abrantes, nº 168, Flamengo. O bar possui décadas de existência, sendo também um estabelecimento tradicional do bairro. Destaque para o consumo de bebidas alcólicas e pequenas refeições. Atende um público variado, de moradores do bairro e comunidades próximas. Possui 3 funcionários, sendo 1 gerente, 1 garçom e 1 cozinheiro.

Eriberto, 53 anos, gerente do Bar Rimar, sendo funcionário de José Magalhães. Eriberto era proprietário de um bar na Rua Marquês de Abrantes, nº 172, porém, não teve condições de manter seu negócio após as complicações da crise causada pela pandemia de Covid-19. Foi selecionado para compor a pesquisa por conta de seu prejuízo iminente, além de sua grande experiência no setor.

Danilo, 39 anos, gerente do Bar Selo de Ouro, localizado na Rua Bento Lisboa, nº 199, Catete. O bar possui 10 anos de existência. Mesmo tendo pouco tempo em comparação aos bares e restaurantes próximos, já é considerado um dos estabelecimentos mais frequentados do bairro. Se destaca tanto na vida noturna, com o consumo de bebidas alcóolicas e nas refeições. Possui 7 funcionários, sendo 1 gerente, 3 garçons e 3 cozinheiros. Investe na comunicação por redes sociais e visa conquistar um público de maior poder aquisitivo.

### **3.3 ROTEIRO DA ENTREVISTA**

As perguntas da pesquisa semi estruturadas foram definidas:

- Qual foi o impacto inicial da Pandemia de Covid-19 nos seus negócios?
- Quantos funcionários foram afetados direta ou indiretamente pela interrupção das atividades convencionais durante o período de lockdown?
- Quais foram as ações implementadas na sua empresa para redução de custos com funcionários, produtos e serviços?
- Quais foram os programas governamentais que a sua empresa adotou para diminuição dos impactos financeiros?
- Qual é a avaliação dos programas de auxílio governamental? Quais pontos positivos e negativos podem ser destacados?
- Como esses programas de auxílio poderiam ser melhor executados visando a saúde financeira dos negócios do setor?
- Quanto foi importante para o seu negócio a intervenção do Estado no setor?

### 3.4 LIMITAÇÕES

Utilizando das metodologias supracitadas, foram percebidas limitações para a melhor realização da pesquisa como um todo. Durante a pesquisa documental, o processo de análise e estudo sobre as políticas públicas e ações governamentais foram dificultadas pelo difícil acesso às informações, muito por causa de problemas sistêmicos e ausência de esforços do Poder Público em realizar o levantamento dos dados e divulgar ao grande público as informações e indicadores dos programas de auxílio supracitados.

Outra impossibilidade foi recorrer a artigos e revistas científicas, resenhas e trabalhos recentes sobre o tema. Devido a grande complexidade da situação ainda presente no cenário econômico, muitos estudos somente serão publicados após o término desta grave crise, contendo dados com maior abrangência de diversos setores, além da importância de intervenção pública na economia. Por hora, foi localizado um número limitado de revisões acerca do tema, que serão citadas aqui, com o objetivo de enriquecer as informações sobre as ações governamentais. Além da falta de dados sobre os resultados práticos das políticas públicas, é de se considerar os impactos indiretos dos programas de auxílio à economia. De acordo com o conceito da economia circular, os trabalhadores que conseguiram manter seus empregos continuaram a consumir, ajudando assim outros negócios a manterem suas atividades em pleno funcionamento. Por último, a pesquisa documental não conseguiu atingir o número total de políticas públicas de apoio à economia, visto que existiram das mais variadas ações implementadas pelo governo e órgãos públicos nesse momento extraordinário. Como citado anteriormente, a pesquisa se debruçou em apenas algumas ações governamentais, por conta da limitação de cronograma e recursos humanos.

Analisando a segunda parte da metodologia, as entrevistas também apresentaram suas limitações no momento onde os empresários não apresentaram de forma completa as informações de quais foram exatamente os programas de auxílio de governo que foram participantes. Por conta de não terem uma noção gerencial teórica muito aprofundada, também foi natural o uso de termos genéricos ao se referir aos momentos de tomada de decisão durante o momento inicial da crise. Caso existisse uma maior precisão nas informações e dados contábeis e administrativos, evidentemente a pesquisa poderia realizar conclusões mais eficientes e embasadas em critérios quantitativos.

O momento das entrevistas também apresentaram desafios no próprio ato, visto que foram realizadas no ambiente de trabalho dos entrevistados, onde havia distrações e atividades sendo realizadas paralelamente por colegas de trabalho. Os relatos podem ter sido de forma imparcial, uma vez que os empresários podem ter experiências passadas com projetos de auxílio à economia, podendo ser sentimentos favoráveis ou adversos a tais políticas públicas. Por fim, de acordo com a amostragem não probabilística escolhida, não foi possível realizar mais entrevistas com profissionais que não resistiram à crise, visto que seria de grande valia para o entendimento dos impactos econômicos e sociais deste grande evento analisado por este trabalho.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste tópico do trabalho, iremos revisar os resultados da pesquisa sobre os programas de auxílio aos micro e pequenos empresários, entre outras políticas públicas promovidas para manter e recuperar a economia popular.

Foram escolhidos, no total, 4 ações governamentais, sendo 3 promovidas pelo Governo Federal, 1 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e 1 pelo Município do Rio de Janeiro. A razão para a seleção de tais políticas públicas foi justamente a importância para toda a economia emergente e popular, conseqüentemente o setor de bares e restaurantes.

##### **4.1 Proger Urbano**

“Art 1º: Instituir linha de crédito denominada Proger Urbano Capital de Giro, no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, voltada para o atendimento da demanda por financiamento de capital de giro isolado para empresas com faturamento de até R\$ 10 milhões (CODEFAT, 2020)

Segundo a própria Resolução, a finalidade da Linha de Crédito Proger Urbano é prover apoio financeiro para atender as necessidades básicas de qualquer pessoa jurídica que

possui faturamento bruto anual de até R\$10 milhões anuais. Em sua Resolução, o Codefat lista os itens financiáveis, sendo qualquer bem destinado ao consumo da empresa, sendo durável ou não durável, com o objetivo de garantir o bom funcionamento das atividades comerciais e econômicas da empresa. Limita o aporte para cada empresa em R\$500 mil, considera um prazo de financiamento de até 48 meses e uma taxa de juros de 12% ao ano.

Importante mencionar a atuação e função do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, vinculado ao Ministério do Trabalho e Previdência, é responsável por elaborar diretrizes e planejamentos financeiros para gerir o Fundo de Amparo ao Trabalhador - o FAT. Este Fundo é utilizado prioritariamente para o provimento do Programa do Seguro Desemprego entre outros planejamentos de desenvolvimento econômico, focado na manutenção e geração de novos postos de trabalho (CODEFAT, 2015). O Proger Urbano é um desses programas de promoção ao emprego e renda, que utiliza parte dos recursos do FAT para direcionar a instituições financeiras parceiras e oferecer aos pequenos e médios empresários, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico desse público em questão. Foi criado em 1994 pelo Ministério do Trabalho, envolvido no conjunto de políticas públicas em combate a fome. Possui como principal instituição financeira o Banco do Brasil, responsável pela comunicação direta com o público alvo e a promoção dessa linha de crédito (BRASIL, 2015).

Segundo Sebben (2007), o Proger Urbano, apesar de suas dificuldades de adesão por conta de diversos documentos e processos burocráticos que as instituições financeiras solicitam para os empresários, ainda é uma ferramenta importante para a geração de emprego e renda para um público que anseia de recursos para seu capital de giro. Corseuil, Foguel e Russo (2021) mencionam que o Proger Urbano não se trata de uma solução definitiva para o desemprego e diminuição de renda, visto que há inúmeras variáveis macroeconômicas que influenciam na economia. Porém, a utilização da linha de crédito por parte dos empresários é uma forma de alavancar financeiramente de maneira sustentável, evitando juros exorbitantes e obtendo crédito de instituições financeiras confiáveis para a maior parte da população brasileira. Concluindo a avaliação do IPEA, é apresentado impactos positivos na economia, evolução do número de vagas de emprego pelas empresas participantes, consequentemente, diminuição de demissões e falências.

Realizando uma avaliação qualitativa de acordo com os atores citados no referencial bibliográfico, é possível considerar a nova resolução do Codefat para a utilização do Proger Urbano com uma política pública incremental, visto que esta ferramenta de fornecimento de

crédito já existia no portfólio das políticas públicas de apoio ao pequeno negócio. De acordo com Lindblom (1979), o incremento de políticas públicas já existentes é uma importante alternativa em momentos de crises, investindo em ações já conhecidas pelos prestadores do serviço e o público alvo.

Ainda como sinônimo de boa implementação de política pública, o Proger Urbano utiliza de outros atores para operacionalizar suas ações. Frederickson (1999) defende que a participação de outros atores também pode aprimorar os resultados da política pública, principalmente, neste caso, onde bancos públicos ou privados podem oferecer esta linha de crédito. A eficiência de operação destes bancos fica à disposição do governo, sendo este, por sua vez, responsável pela elaboração das diretrizes e controle dos resultados.

Ademais, Lowi (1972) caracterizaria o Proger Urbano como uma política pública distributiva, onde não há um grande conflito no tocante à redistribuição de recursos para viabilizar o plano de negócio. Por fim, também pode ser classificada como constitutiva, visto que houve alterações de critérios e atributos, onde o público alvo deveria se adequar a nova realidade apresentada pela crise atual.

#### **4.2 Medida Provisória nº 936 de 1º de abril de 2020**

“Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. (BRASIL, 2020)”

Assim como outras ações do Governo Federal para auxiliar as empresas que sofreram com as paralisações das atividades por conta da Pandemia de Covid-19, a Medida Provisória nº 936 foi uma providência a fim de flexibilizar a jornada de trabalho de empregados, com o objetivo de adequar o tempo de trabalho dos funcionários com o limite imposto por estados e municípios para que as empresas funcionassem durante o expediente.



Detalhando o caput da MP nº 936, o Art. 3º expõe as ações promovidas pelo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda:

- I - o pagamento de Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda;
- II - a redução proporcional de jornada de trabalho e de salários; e
- III - a suspensão temporária do contrato de trabalho.

O Benefício Emergencial da Preservação do Emprego e da Renda se deu no pagamento de uma parcela do salário dos funcionários equivalente à carga horária em que o mesmo não estaria presente no ambiente de trabalho. Em caso de suspensão do contrato de trabalho, o Governo Federal custeará integralmente os ganhos do funcionário, com o objetivo de reduzir o número de demissões de empregados e endividamento das empresas. A MP apresenta um tempo máximo para a suspensão do contrato, sendo de 60 dias. O empregado poderia voltar às atividades laborais após o término desse período, com o fim do estado de calamidade pública da cidade em que se encontra ou em comum acordo com o empregador.

A redução da carga horária do trabalhador poderia ser nas percentuais de 25%, 50% ou 70%. O prazo máximo para o funcionário cumprir a redução de carga horária é de 90 dias. Após isso, o empregado deverá retomar o expediente convencional. O empregado ainda estaria garantido do cumprimento dos pagamentos do fundo de garantia e outras quantias garantidas pela CLT.

De acordo com o Art 12, o Benefício Emergencial apenas contemplará funcionários de faixa salarial de até R\$3.135, sendo coincidentemente um salário factível com os funcionários habituais dos setores de bares e restaurantes.

Esta Medida Provisória elaborada e operacionalizada pelo Ministério da Economia vai de encontro com movimentações legislativas a favor da flexibilização dos direitos trabalhistas, assim como visto na Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017). Em consonância com atualizações do direito trabalhista ao redor do mundo, o Governo Federal tende buscar a simplificação das relações de trabalho, fazendo com que empregador e empregado consigam adequar suas realidades de acordo com as demandas. Apesar de ser uma tendência global, é importante ressaltar que a estrutura econômica brasileira pode ainda não estar completamente pronta para tais flexibilizações, fazendo com que tais alterações no direito trabalhista prejudiquem o elo mais fraco da relação, o empregado, pois não garante a segurança financeira e condições de trabalho dignas (PÓRPORA, 2017)

Segundo Bacarat, Neto e Accioly (2021), a suspensão do contrato de trabalho pode ser questionada no campo ético, visto que, a empresa se isenta completamente do tratamento com seu funcionário. Considerando que esta crise em questão possui inúmeras variáveis além do âmbito econômico, a responsabilidade de zelar pelo bem estar e saúde do funcionário deveria ser repartida com a empresa, já que é de enorme interesse da empresa a boa forma do funcionário. Principalmente no setor de bares e restaurantes, onde assim como outros setores, a saúde física é fundamental para a boa realização do trabalho.

Apesar dos supracitados pontos de questionamento, é inegável que a MP 936 foi uma das principais ferramentas de salvamento financeiro, tanto para as empresas e para os empregados. Inexistindo tal política pública, o cenário econômico e social do país poderia ser completamente diferente do que hoje é apresentado, com milhares de empresas decretando falência e milhões de trabalhadores perdendo seu emprego e, conseqüentemente, grande parte de sua renda para sustentar suas famílias. (CANHET, LEITE E SALLES, 2021)

“Com isso o país passaria por uma verdadeira crise econômica, já que sem os comércios em funcionamento não há como se falar em arrecadação de tributos e manutenção da ordem econômica. Desse modo, observa-se que, todos seriam prejudicados. (CANHET, LEITE, SALLES, 2021)”

“Por fim, vale frisar o quão importante essa Medida Provisória é para o Brasil, já que, muitos trabalhadores vão conseguir manter se em seus serviços e principalmente, continuar vivendo de forma digna, buscando assim preliminarmente preservar o emprego e renda dos trabalhadores, garantindo a continuação das atividades empresariais e laborais, e conseqüentemente reduzir os impactos sociais da calamidade pública.(CANHET, LEITE, SALLES, 2021)”

Fazendo um paralelo junto às contribuições teóricas supracitadas no referencial bibliográfico, é possível sinalizar a importância da MP 936. Devido a grande mobilização nacional e abrangência do público alvo, foi notável que esta decisão governamental corrobora com a definição de política pública de Saravia e Ferrarezi (2006), sendo um fluxo de decisões com o objetivo de garantir o equilíbrio social do país.

De acordo com as contribuições de Pinto (2017), a Medida Provisória 936 também assume uma função multidisciplinar, visto que, além de garantir a renda básica de milhares de trabalhadores, evita que os mesmos estivessem circulando pelas ruas da cidade, utilizando transporte público, entre outros cenários propícios para a transmissão da Covid-19. Atendendo às demandas econômicas e sanitárias, pode-se considerar a MP 936 como uma das mais eficientes políticas públicas elaboradas durante a crise de 2020.

Por outro lado, entendendo o protagonismo desta Medida Provisória, vale também destacar a participação de Arretche (2004), uma vez que, historicamente, cabe ao Governo Federal a iniciativa de promover políticas públicas de âmbito nacional. Centralizar decisões e operações se mostrou como uma via de segurança por estados e municípios, porém, caso existisse uma autonomia destas esferas governamentais, demandas específicas situadas em determinadas regiões brasileiras.

### **4.3 AGERIO**

Tal como políticas públicas de longa data e as recém criadas para auxiliar a economia durante a crise causada pela Pandemia de Covid-19, órgãos públicos que sempre tiveram a função de fomentar a economia também ganharam importância nesse momento e assumiram o protagonismo na tarefa de garantir a saúde financeira de empresas afetadas pela paralisação das atividades comerciais. Com o fim ou a venda de muitos bancos estaduais de desenvolvimento, o Sistema Financeiro Nacional foi atualizado com uma nova instituição de apoio às economias regionais. O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 2.574 de 17/12/1998 e reforçada pela Resolução nº 2.828 de 30/03/2001 implementou as agências de fomento, responsáveis pelo desenvolvimento econômico sustentável e apoio a qualquer iniciativa privada que gere empregos e pagamento de tributos para a administração pública.

Assim foi criada a AGERIO (Agência Estadual de Fomento do Rio de Janeiro), sociedade de economia mista, vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais. Foi instituída pela Lei nº 32.376 de 12/12/2002. Tem como missão:

“Fomentar, por meio de soluções financeiras, o desenvolvimento sustentável do Estado do Rio de Janeiro, com excelência na prestação de serviços (AGERIO, 2002).”

Segundo o Relatório Sebrae RJ de 2012 apud Mello, Rovere, Hasenclever (2015), 98,4% das pessoas jurídicas presentes no Estado do Rio de Janeiro são micro e pequenas empresas, totalizando aproximadamente 600 mil companhias, que geram 1,6 milhões de empregos formais e fonte de renda para diversos outros indivíduos que são impactados indiretamente por esses postos de trabalho. Considerando tal informação, a AgeRio tem como responsabilidade dinamizar suas ações, posicionamentos e comunicação justamente para satisfazer essa grande parte da economia. Visto que, assim como a personificação do micro e pequeno empreendedor é um indivíduo com médios conhecimentos na área econômica e financeira, é função da agência democratizar e apresentar seu serviço como acessível e relevante, principalmente em épocas de crise.

Uma dessas estratégias de aproximação junto ao grande público alvo é o Microcrédito Produtivo Orientado, linha de crédito com valores de até R\$15.000, com juros baixos e orientação administrativa para o micro e pequeno empreendedor, que consegue definir um planejamento com o auxílio da AgeRio. A análise de risco também é adaptada pela agência, que considera a capacidade de desenvolvimento operacional da empresa após o investimento.

Ainda sobre o estudo de Mello, Rovere, Hasenclever (2015), foi realizada uma pesquisa com micro e pequenos empresários sobre a efetividade e pontos de melhorias da AgeRio em relação aos seus serviços. Dos 65 entrevistados, foram eleitos as análises de melhoria: redução das exigências burocráticas, maiores opções de linhas de financiamento e melhor acompanhamento técnico do processo e dos resultados. Por fim, o trabalho conclui que a AgeRio deveria priorizar a simplificação de seus processos para se tornar uma alternativa mais relevante no cenário de fomento econômico regional. Sem um eficiente funcionamento coerente com as demandas do público alvo, a AgeRio se torna apenas mais uma entre outras instituições financeiras que oferecem linhas de créditos para empresários.

Segundo o Relatório Integrado da AgeRio de 2020, as operações de créditos contratadas pela AgeRio chegaram a um montante de R\$84 milhões, sendo 64% dessas transações foram na modalidade simplificado, com limite de R\$500 mil. O Programa de Microcrédito também foi destaque da agência, disponibilizando aproximadamente R\$3,6

milhões para micro e pequenos empresários. Como resultado, 1.063 empregos foram criados e mais de 12.000 postos de trabalho foram mantidos diretamente graças aos fomentos da agência.

De acordo com o relatório publicado, durante a crise da Pandemia de Covid-19:

“Já para as micro e pequenas empresas, adotou-se diversas estratégias para que pudéssemos maximizar os resultados e atingirmos o maior número de empresas possíveis, como a flexibilização de condições de carência e de renegociação. (AGERIO, 2020)”

Revisando as contribuições teóricas à luz das políticas propostas pela AGERIO, também é possível encontrar semelhanças com o trabalho de Lindblom (1979), onde é afirmado a eficiência de incrementos nas políticas públicas já existentes. Também é possível classificar esta ação governamental de acordo com os critérios de Lowi (1972), tendo os mesmos atributos de baixo conflito, sendo uma política pública distributiva e constitutiva, sendo portanto, considerada um programa governamental de alto impacto e relativo baixo custo político para implementação.

Por outro lado, Nogueira, Silva e Carvalho (2020) considera que a contratação de linhas de créditos, mesmo com juros baixos, pode ser entendida como arriscada, dado o cenário de incerteza provocado pela crise sanitária, especialmente para os pequenos negócios. A falta de informação, juntamente com a desconfiança do público alvo com organizações públicas podem ter sido empecilhos para uma maior adesão popular.

#### **4.4 Auxílio Empresa Carioca**

Seguindo as políticas públicas elaboradas pelo Governo Federal e Estadual, o Município do Rio de Janeiro também implementou seu plano de ação com objetivo de mitigar os impactos econômicos causados pela crise da pandemia de Covid-19. Regulamentado pela Lei Municipal nº 6.847 de 25/03/2021, o Auxílio Empresa Carioca se torna uma política pública constante

“**Art. 2º:** A Iniciativa Auxílio Empresa Carioca consiste no auxílio às pessoas jurídicas enquadradas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que tiveram suas atividades suspensas pelo

Decreto nº 48.644, de 22 de março de 2021, bem como pelos demais dispositivos que venham a suspender atividades. (RIO DE JANEIRO, 2021)”

Ao longo de seu texto, o Auxílio Empresa Carioca expõe suas diretrizes, benefícios, público alvo e requisitos para participação. O valor disponibilizado para os participantes é de até um salário mínimo, sendo apenas proporcionado para empregados que ganham até três salários mínimos. A empresa poderá utilizar o auxílio com no máximo cinco funcionários. Os requisitos para participar do programa é estar legalmente de acordo com as documentações, tais como o alvará de funcionamento, ter sido afetado pela paralisação das atividades, ainda que parcialmente, durante o período de isolamento e se comprometer em manter o número de funcionários pelos próximos dois meses após a celebração do auxílio. Para a viabilidade do programa de auxílio, a Câmara Municipal aprovou um orçamento de R\$30 milhões.

Em seu anexo, a Lei lista as diversas atividades econômicas que puderam gozar do auxílio. Assim como as inúmeras atividades consideradas não essenciais, consta o setor de bares, lanchonetes, restaurantes e estabelecimentos semelhantes.

O processo de cadastramento é simplificado e livre de burocracias, cabendo ao empresário acessar o portal Carioca Digital, realizar o login vinculando o CNPJ e o número de funcionários empregados no momento e assinar um termo de compromisso para confirmar a veracidade das informações. Após a análise dos dados e a aprovação da empresa no programa, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação libera o pagamento, permitindo assim o recebimento de R\$366 por funcionário.

Apesar de identificar pontos de melhorias e informações institucionais, não foi possível encontrar dados concretos sobre os resultados da implementação do Programa Auxílio Empresa Carioca.

Avaliando a efetividade da política pública promovida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, é possível considerar a iniciativa como relevante, principalmente pela intenção de proteger empregos e prover auxílio a micro e pequenos empresários que ainda sofrem com as consequências da crise causada pela Pandemia de Covid-19. Utilizando os mesmos critérios de avaliação aplicados nas políticas públicas mencionadas pela pesquisa, encontramos o mesmo caráter multidisciplinar (PINTO, 2017), com impactos positivos na esfera econômica e social. Do mesmo modo, Lowi (1972) classificaria o Programa Empresa Carioca como fácil

de ser aplicado, sem gerar grandes conflitos políticos, sendo considerada política pública distributiva e constitutiva.

## **5. Análise das entrevistas**

Seguindo o proposto pelo objetivo do trabalho, foi realizado entrevistas com empresários responsáveis por estabelecimentos do setor de bares e restaurantes, onde foi colhido as experiências desses profissionais no período de ascensão da crise causada pela Pandemia de Covid-19, seguido pelo tratamento junto aos funcionários, adaptações dos processos laborais e a adesão ou não de programas de auxílios. A finalidade da pesquisa de campo foi identificar os comportamentos mais repetidos pelos empregadores após a paralisação das atividades comerciais e suas percepções sobre as ações governamentais, encontrando pontos positivos e negativos.

### **5.1 Primeiros impactos**

Como forma de contextualizar os esforços presentes e a vivência durante o período mais complicado da crise econômica e sanitária causada pela disseminação da Covid-19, os entrevistados foram abordados sobre as primeiras atitudes, alterações de processos do estabelecimento, percepções da mudança de comportamento da base de clientes que frequentavam seus estabelecimentos.

A Sra. Ana Maria, responsável pelo Bar Martins, localizado na Rua Marquês de Abrantes nº 91, explanou sobre o início do período pandêmico, percepção de queda no faturamento e sentimento sobre as incertezas que o cenário da época promoveria:

“Antes da pandemia, 90% das vendas no bar eram realizadas de forma pessoal, sendo 70% das vendas eram realizadas no turno da noite. E com a pandemia, fomos obrigados a fechar as portas, e como os demais comerciantes, não estávamos preparados para esse grande impacto”

“Tudo estava muito incerto, por ser uma doença totalmente desconhecida, além do impacto econômico, a pandemia abalou também o lado psicológico.”

Sobre as mudanças operacionais, a mesma respondeu:

“Sim, apostamos no delivery. Entrega nas imediações. A entrega manteve o movimento, não foi totalmente como a gente esperava.”

“Reduzimos um pouco o horário de trabalho deles, para a gente poder manter [os funcionários em seus empregos].”

Para o Sr. Dário, responsável pelo Bar do Osmar, localizado na Rua Marquês de Abrantes nº 64, o impacto inicial também foi altamente desafiante, apontando o fechamento do bar como seu principal ponto de preocupação:

“Foi tudo muito difícil. Conforme o cenário que havia no momento, a gente teve que fechar o bar durante 3 meses e 12 dias, por fim de manter o protocolo causado pela Covid e isso foi muito difícil, acredito não só para mim, mas para todas as pessoas que trabalham nesse ramo, foi muito complicado.”

Perguntado sobre a relação com os colegas de trabalho e as dificuldades apresentadas pela doença:

“Aqui, em especial, eu tenho uma vantagem, porque é tudo família. A dificuldade foi para todos, foi dividido entre todas as pessoas. Desde a patroa, que é minha tia, todos sofremos com essa terrível doença. Veio arrasando com tudo, a gente ficou sem ganhar nada, o bar não faturava nada. A gente ficou nesse sofrimento, acredito que para todas as pessoas.”

“Todos aqui pegaram Covid-19. Alguns na época que estava fechado. Depois veio outro fechamento de 15 dias e nesse período eu peguei também a Covid, e por sinal eu fiquei muito mal, mas graças a Deus estou aqui. Todos nós sofremos muito com isso, pois um tinha que



cobrir a falta do outro, depois que abriu ainda tinha algumas pessoas doentes ainda e quem estava com saúde pode cobrir a falta do outro.”

Sobre as mudanças operacionais, percepções da alteração de comportamento dos clientes e diminuição do faturamento:

“Conforme o cenário foi se encontrando, a gente teve que cortar as despesas, diminuir as compras. Graças a Deus não ficamos devendo a nenhum fornecedor, mas foi muito difícil.”

“De início, a gente começou os primeiros 2, 3 meses com 25% do movimento, e foi aumentando aos poucos e hoje se encontra no máximo de 60% do movimento.”

José Magalhães, responsável por outro bar na Rua Marquês de Abrantes, também confirmou as dificuldades do impacto inicial, e logo já valorizou a importância dos programas de auxílio emergencial. Também ressaltou que o aluguel da loja foi mais um custo problemático no período onde praticamente não existiu receita. Felizmente, como no caso de outros tantos, o locador esteve disponível para negociação.

“O impacto foi grande, mantive a casa fechada, o que salvou o negócio foi o auxílio do governo, se não poderia ter sido bem pior. O aluguel foi reduzido por conta de uma negociação, foi isso que ajudou”

Sobre as mudanças operacionais e de comportamento diante o novo cenário, José não apresentou grandes alterações. Isto também corrobora com a falta de informação e o despreparo natural que grande parte do setor encarou uma das maiores crises econômicas e sanitárias da história da humanidade:

“Não teve muito como reduzir [os custos]. Os custos da casa não tem como reduzir. O imposto teve uma parte de redução por conta do governo. Mas o resto tive que arcar com tudo, não teve jeito.”

Para Eriberto, dono de um bar que recentemente teve que encerrar suas atividades, a crise causada pela Pandemia de Covid-19 foi o grande motivo para a finalização de seu negócio.

“Foi muito difícil, porque a gente não tinha movimento, não tinha freguês. O bar ficou com as portas entreabertas, não podia abrir totalmente, então tivemos uma grande dificuldade realmente.”

“Tivemos que reduzir os custos, a situação estava crítica, não tinha movimento. A gente fez o que pode para reduzir os custos que havia antes da pandemia. Reduzir boa parte das compras, fazer o possível que a gente podia.”

“Foi uma das grandes causas para o fechamento [a crise causada pela pandemia]. Já estava fraco, mas a pandemia colaborou muito para tornar as coisas mais fracas do que já estavam. O movimento já era pouco e a gente não podia trabalhar, com as portas basicamente fechadas, então isso tudo complicou muito.”

Diante de tantas dificuldades, Danilo, responsável por um bar no bairro do Catete, apresentou outro ponto de vista. Admitindo os problemas imediatos devido a paralisação das atividades comerciais, a crise trouxe possibilidades para os empreendedores capacitados e dispostos a mudanças incrementais:

“No início a gente teve que fechar mesmo totalmente, a gente ficou praticamente um mês fechado totalmente. O dinheiro que a gente tinha era só para quitar as dívidas que a gente tinha. Conseguimos quitar tudo. Ficamos um mês parado. Depois quando a gente voltou dando foco no delivery. A gente divulgou mais o delivery, a casa funcionava fechada, só com entrega ou retirada aqui no estabelecimento, e ficou nessa. Meu ponto forte foi mais o delivery na região, não acionei nenhuma empresa de delivery, sei que é necessário fazer isso agora pra gente, estou caminhando para melhorar isso. Mas o foco mesmo

foi a entrega nos bairros mais próximos: Glória, Flamengo, Laranjeiras e Catete. O foco foi mais no delivery de comida. Por incrível que pareça a pandemia veio e me ajudou bastante nisso. Muita gente começou a conhecer meu estabelecimento pela refeição, antigamente o ponto forte do bar era só bebida e nunca tinha sido forte na refeição. A pandemia me ajudou bastante nisso. Estou trabalhando mais ainda para futuramente utilizar aplicativos de entrega como o iFood e outras empresas onde o cliente faça o pedido na plataforma para retirar no estabelecimento ou fazer a refeição aqui, com já tudo pago via aplicativo.”

## **5.2 Tratamento com funcionários, utilização de programas de auxílio à economia e perspectiva de retomada**

Completando seu relato, Ana Maria informa, com satisfação, que não precisou demitir nenhum funcionário, apesar das adequações de tempo de trabalho e o período em que o bar não abriu as portas. Sobre os programas de auxílio implementados pelo governo federal e estadual, Ana Maria ressaltou a importância e pontuou pontos de melhorias no tocante ao período de duração, podendo, segundo ela, ser estendido um pouco mais.

Outra função que seu negócio teve como iniciativa, como diversos outros durante o período pandêmico, foi o investimento na comunicação por meio de redes sociais, apresentando seus produtos, disponibilidade de entrega e horários.

“Para podermos sobreviver a este período sombrio, utilizamos programas do governo. Pagávamos apenas uma parte dos salários. Isso foi essencial também. Contamos com o apoio de funcionários e clientes para sobreviver. Para nos adaptarmos, passamos a fazer entregas nas imediações sem custo, além da comunicação nas redes sociais também.”

“A gente entende que ajudou muito, mas claro, poderia ser melhor, poderia estender mais um pouco. Mas acho que foi bom sim.”

José Magalhães também utilizou os programas de auxílio emergencial à economia e avaliou bem as políticas públicas:

“Tenho 2 funcionários. Eles ficaram afastados, com o auxílio do governo e eu pagava a diferença do salário.”

“Foi ótimo. O auxílio foi essencial, se não o impacto seria bem maior. Não imaginava que o governo ia fazer esses programas, foi um milagre.”

Mesmo que não tenha sido um dos participantes dos programas de auxílios às empresas necessitadas, Eriberto comentou sobre a importância delas e destacou a boa implementação:

“A minha avaliação é que foi ótima. O auxílio do governo foi uma coisa excelente, uma coisa necessária. Uma das melhores coisas que houve no período da pandemia. Se não fosse isso, teria fechado muito mais bares por aí fora.”

Já Dário, apesar das alterações que a Pandemia forçou serem feitas em seu negócio, não aderiu a nenhum programa de auxílio do governo. Assim como uma parcela da população que não possui acesso à informação e condições ou orientações para explorar recursos para participar dos benefícios oferecidos pelo Poder Público. Evidentemente, a burocracia e a falta de comunicação junto ao micro e pequeno empresário foram barreiras, como expõe Dário:

“Não [utilizou programas de auxílio]. Tudo isso foi muito burocrático, a gente não conseguiu pegar o auxílio do governo. Tentamos, mas não conseguimos. Quando a gente tentou, já tinha passado da data para inscrição. Aí depois tentamos um auxílio municipal da Prefeitura, mas também não conseguimos.”

“Acredito que os governantes não estavam muito a fim de ajudar as pessoas que estão pagando impostos, trabalhando, eles deixaram muito a desejar nessa questão.”

Situação semelhante foi a de Danilo, que também não necessitou demitir nenhum funcionário por conta da pandemia, porém, não conseguiu participar dos programas de auxílio por conta do processo burocrático e a falta de transparência dos órgãos responsáveis. Não obstante, Danilo apresentou outra alternativa para contornar as dificuldades de manter positivo o fluxo de caixa e o cumprimento de suas dívidas. A utilização de linhas de créditos foi fundamental para a manutenção e crescimento das atividades após a grande crise:

“Não precisamos mandar ninguém embora. Teve alguns que pediram pra sair, pois queriam voltar para a cidade de origem. A única coisa que fizemos foi a redução da carga horária e intercalar a presença dos funcionários, pois não precisavam de todos aqui. Adiantamos férias para alguns, também foi outra solução. Mas mandar embora, não foi preciso. Somente quem pediu para sair mesmo, entramos em acordo.”

“Em relação aos programas de auxílio do governo, não fiz uso de nenhum. Utilizei um auxílio do meu próprio banco, com a intenção de pagar os salários deles. Porque o auxílio do governo, nós não conseguimos, era muita burocracia, dificulta muito.

Peguei uma linha de crédito no Banco Santander, com juros baixos. Acabou que ajudou bastante a gente nisso aí.”

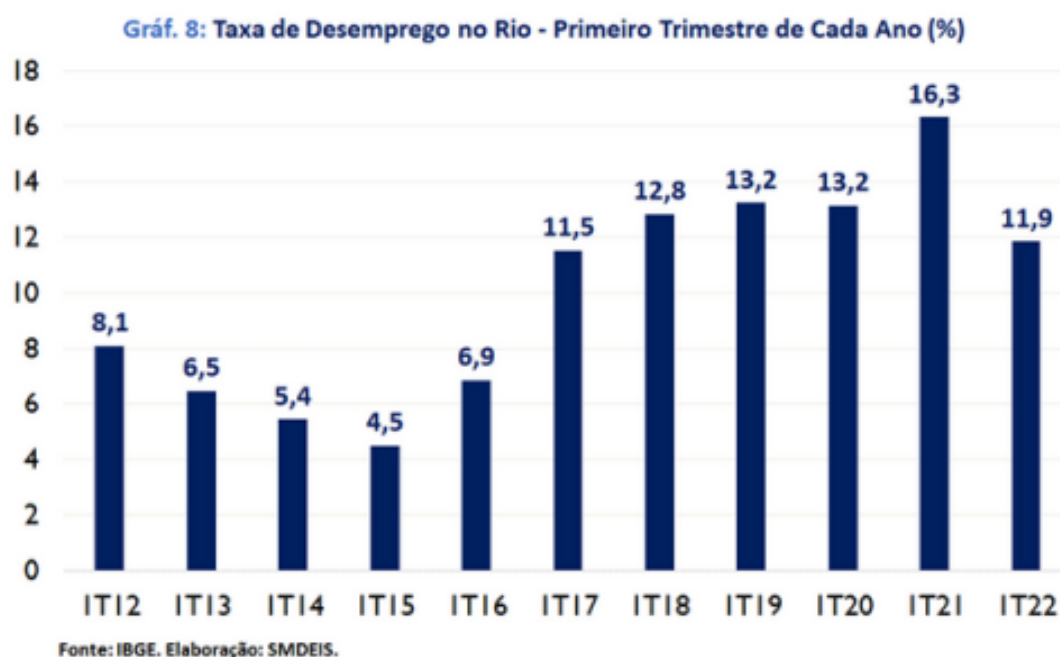
“Conheço muitos comerciantes que conseguiram, também não posso criticar muito a ação do governo. Eu não consegui pois teve muita burocracia, até hoje não entendo porque a gente não conseguiu. é uma casa antiga, tradicional do bairro. Não só como eu, mas vários outros comércios antigos também não conseguiram. Mas eu achei interessante a ideia do governo. Só acho que o grande problema do Brasil em relação ao pequeno comerciante e ao microempresário, é que tinha que ser algo mais fácil, pois dinheiro é tempo, e tempo é dinheiro. E era muita coisa, a gente tinha que tomar conta aqui da

parte administrativa e ainda trabalho aqui, então não tinha disponibilidade para resolver todas as questões, com risco de abandonar por muito tempo a casa. Então acho que essa burocracia brasileira ainda atrapalha bastante o microempresário.”

Realizando uma revisão em linhas gerais das contribuições apresentadas pelos entrevistados, é possível afirmar que a complexidade da análise das políticas públicas não necessariamente deve ser encarada de forma prática, analisando seus objetivos, operação e orçamento empenhado. Além disso, é preciso entender a eficiência da comunicação por parte dos Governos e facilidade de adesão por parte do público alvo. Segundo o portal do Senado Federal, apenas 15% dos micro e pequenos empresários do país tinham utilizado algum programa de auxílio emergencial para empresas. Segundo o Presidente do Sebrae, em uma audiência pública do Senado Federal, aproximadamente 50% dos micro e pequenos empresários não procuraram auxílio simplesmente pela dificuldade burocrática e falta de informações básicas sobre as ações governamentais.

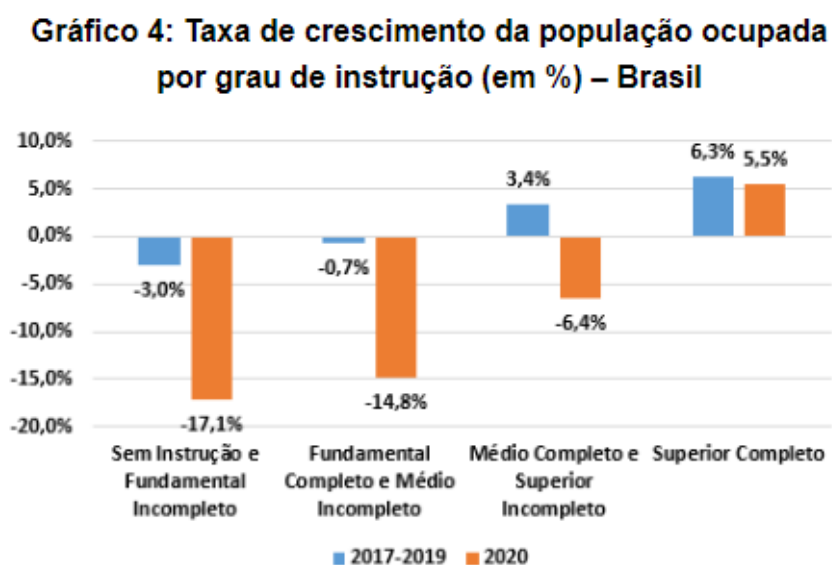
Tais dificuldades são evidenciadas nos números da economia, que até a data atual, reflete a situação de crise iniciada no primeiro semestre de 2020.

Gráfico 1: Taxa de Desemprego na Cidade do Rio de Janeiro; comparação dos primeiros trimestres dos anos.



Conforme apresentado no gráfico acima, as consequências econômicas e sociais não foram sanadas imediatamente no tocante à garantia de emprego dos trabalhadores. No primeiro trimestre de 2021, cerca de 1 ano após o início da pandemia, foi constatada a maior taxa de desemprego no município da década. Apenas com as ações tomadas durante o ano de 2021, juntamente com o movimento ascendente do mercado, a taxa de desemprego voltou à média no primeiro trimestre de 2022.

Gráfico 2: Taxa de crescimento da população ocupada por grau de instrução (em %) - Brasil



*Elaboração do FGV IBRE com base nos dados da Pnad Contínua/IBGE*

Em especial, para o setor analisado, como a maioria da parcela de trabalhadores se encontra na condição de possuir baixo grau de instrução, é compreensível o maior número de demissões e baixo índice de novos postos de trabalho. Isto reflete o grande impacto que o setor de bares e restaurantes sofreu, em particular, na ausência de políticas públicas mais coerentes para a realidade dos micro e pequenos empresários. Segundo Peruchetti (2021), o maior número de desemprego da população que não possui maior grau de instrução também está relacionado à dificuldade na inserção desse público em tecnologias que permitiram o trabalho remoto, por exemplo.

## CONCLUSÃO

A crise econômica, sanitária e social, causada pela Pandemia de Covid-19 ainda está longe de ser sanada, visto que a vacinação e os cuidados para diminuir o contágio da doença sempre estão em nosso cotidiano. É inegável que o modo de vida, comportamentos humanos, tecnologias, costumes e tradições foram extremamente postos em prova, nesta que foi uma das maiores transformações sociais das últimas décadas. Com base nessas afirmações, as complexas consequências para a economia demorarão anos para serem completamente estudadas e compreendidas.

Posto isso, o presente trabalho com seu objetivo de analisar o curto espaço temporal entre o início da pandemia e o primeiro semestre de 2022 teve como desafios examinar as diversas ações governamentais de auxílio à economia, especialmente o setor de bares e restaurantes, que sofreram com a paralisação de suas atividades comerciais com o intuito de diminuir a contaminação da Covid-19.

Destacar a função protetora do Estado junto à economia, principalmente em momentos de calamidade pública e grandes crises globais é garantir milhões de empregos, milhares de empresas em funcionamento e conseqüentemente, o pagamento de tributos, essenciais para investimentos estatais nas mais diversas áreas necessitadas.

Os resultados da presente pesquisa revelaram justamente que as políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, Estadual e Municipal foram importantes para mitigar os impactos negativos causados pela paralisação das atividades. A realocação de recursos públicos com o objetivo de disponibilizar renda para trabalhadores que não tinham condições de estar presente em seus trabalhos foi de grande valia para manter a qualidade de vida e a saúde desses profissionais.

Com o intuito de evitar inúmeras falências, o Poder Público também se preocupou em garantir ao empresário condições básicas de manutenção de seu negócio. Além dos programas de auxílio emergencial, custeando uma parte do salário dos funcionários, cresceu a oferta por linhas de créditos e orientações para lidar com a iminente queda de receita.

Apesar das grandes movimentações realizadas pelos Governos, infelizmente há de se ressaltar os diversos pontos de melhorias e ausências de iniciativas do Estado. Devido a enorme urgência e demandas populares por benefícios oferecidos pelos programas de auxílio, milhares de empregadores e empregados tiveram seus direitos negados por conta do mau



funcionamento de sistemas de análise e outros motivos que não são totalmente divulgados ao grande público.

Além de falhas sistêmicas, a ineficiência de comunicação e ausência de identificação de demandas dos micro e pequenos empresários, considerando que é uma população altamente heterogênea, também foi um dos problemas observados durante a pesquisa de campo. Levando em consideração a amostra analisada, foi percebido o desconhecimento do público alvo das políticas públicas sobre as ações que justamente poderiam colaborar com eles para a boa saúde financeira dos seus negócios.

Novamente, é importante enfatizar a complexidade do estado de calamidade pública. Entendendo que a estrutura econômica de apoio ao micro e pequeno empresário não estava preparada para prover um auxílio tão próximo a milhões de indivíduos, concluímos que as políticas públicas voltadas ao setor de bares e restaurantes foram majoritariamente aprovadas, apesar das diversas ressalvas supracitadas.

## Referências

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. Pesquisa de marketing. São Paulo: *Atlas*, 2004.

AGERIO. *Institucional*, 2002. Disponível em: < <https://www.agerio.com.br/institucional/> > Acesso em 19/06/2022

AGERIO. *Relato Integrado 2020*. Disponível em: < <https://www.agerio.com.br/wp-content/uploads/2019/11/AgeRio-RI-2020-VF.pdf> > Acesso em: 14/06/2022

ARRETCHE, M. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: Problemas de Coordenação e Autonomia. In: *São Paulo em Perspectiva*, 18/02, p. 7-26, 2004

AMIN, V. Pesquisadores estudam impactos da crise atual nos pequenos negócios. *UFMS*, 2020 Disponível em <https://www.ufms.br/pesquisadores-estudam-impactos-da-crise-provocada-pela-covid-19-em-pequenosnegocios/>. Acesso em: 11/02/2022

BACARAT, E. M.; NETO, R. T.; ACCIOLY, E. Medida Provisória 936/2020: Análise da suspensão do contrato de trabalho à luz da ética empresarial. *Revista Argumentum*, v. 22, n. 3, 2021. Disponível em: <http://201.62.80.75/index.php/revistaargumentum/article/view/1559>. Acesso em: 04/06/2022

BARTIK, A. et al. How are small businesses adjusting to Covid-19? Early evidence from a Survey. NBER *Working Paper Series*. No. 26989. Cambridge, abr. 2020.

BOIN, A.; 'T HART, P. . Public Leadership in Times of Crisis: Mission Impossible? *Public Administration Review*, v. 63, n. 5, p. 544–553, 2003

BRASIL. Histórico PROGER. *Gov.br*, 2015. Disponível em < <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/assuntos/itens-para-verificar/uncategorised/historico-proger> > Acesso em: 21/06/2022

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 936, DE 1º DE ABRIL DE 2020. *Diário Oficial da União*, 01/04/2020. Disponível em <  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm) > Acesso em:  
04/06/2022

CANHET, E. M. S.; LEITE, A. P. A.; SALES, K. L. S. Comentários à Medida Provisória nº 936 de 2020. *JUDICARE*, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em <  
<http://www.ienomat.com.br/revista/index.php/judicare/article/view/133/128> > Acesso em:  
15/06/2022

CNC. Turismo no Brasil aumenta faturamento em 2,2%, em 2019. *Portal do Comércio*, 2020. Disponível em:  
<https://www.portaldocomercio.org.br/noticias/turismo-no-brasil-aumenta-faturamento-em-22-em-2019/329859>. Acesso em: 10/06/2022

CODEFAT. RESOLUÇÃO Nº 850, DE 18 DE MARÇO DE 2020. *Diário Oficial da União*. p. 24. 19/03/2020. Disponível em <  
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-850-de-18-de-marco-de-2020-248806976> >  
Acesso em 21/06/2022

CODEFAT. Sobre o FAT. *MTE*, 2015. Disponível em <  
<https://portalfat.mte.gov.br/codefat/resolucoes-2/resolucoes-por-assunto/geracao-de-emprego-e-renda/linhas-de-creditos-especiais/fat-giro-cooperativo-agropecuario/sobre-o-fat/> > Acesso em: 12/06/2022

CONTI, T. V. *Crise Tripla do Covid-19: um olhar econômico sobre políticas públicas de combate à pandemia*. Disponível em <  
<http://thomasvconti.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Conti-Thomas-V.-2020-04-06.-Crise-Tripla-do-Covid-19-olhar-econ%C3%B4mico-sobre-as-pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-de-combate-%C3%A0-pandemia.-Texto-para-discuss%C3%A3o.-Vers%C3%A3o-1.1.pdf> >  
Acesso em: 22/06/2022

CORSEUIL, C.H.; FOGUEL, M. N.; RUSSO, F. N. Avaliação de impacto do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). *IPEA*, 2021. Disponível em < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10785> > Acesso em: 04/06/2022

Finkler, Antoniazzi e De Conto; OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19: uma análise sobre a situação dos restaurantes. *Revista Turismo e Cidades*, São Luiz, 2020

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: *Atlas*, 1999

GUEDES, M. Rio registra média de 30 multas diárias por infrações ligadas a Covid-19. *CNN*, 2021. Disponível em < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rio-registra-media-de-30-multas-diarias-por-infracoes-sanitarias-ligadas-a-covid/#:~:text=Desde%20o%20in%C3%ADcio%20deste%20ano,de%20enfrentamento%20%C3%A0%20Covid%2D19> > Acesso em: 12/07/2022

FISCHER, T. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. *Revista de Administração Pública*, v. 14 , n. 4, p. 278, out./dez.1984.

FREDERICKSON, H. G. 1999 John Gaus lecture — The repositioning of American public administration. *PS: Political Science & Politics*, p. 701-711, 1999. doi:10.2307/420159

HENRY, N.. Paradigms of public administration. *Public Administration Review*, v. 35, n. 4, p. 378-386, 1975.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: *UFMG*, 1999., p.188

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed. São Paulo: *Atlas*, 2001.

LASSWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. *American Political Science Review*. doi:10.2307/1948299, 1936

LINDBLOM, C. E. "Still Muddling, Not Yet Through", *Public Administration Review* 39: p. 517-526. 1979.

LOWI, T. (1972). Four Systems of Policy, Politics, and Choice. *Public Administration Review*, Vol. 32, No. 4.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing. 3.ed. Porto Alegre: *Bookman*, 2001.

MELLO, E. D. F.; ROVERE, R. L.; HASENCLEVER, L. O fomento e o financiamento público ao desenvolvimento econômico: o caso da AgeRio. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, n. 6, *UERJ*, 2015. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/17742> > Acesso em: 16/06/2022

NOGUERA, J. *La renta básica garantizada y el estado de bienestar*. : *RIS*, 2000.

NOGUEIRA, M. O., SILVA, S. P., & CARVALHO, S. S. de. (2020). Da virose biológica à virose econômica: uma vacina para microempresas no Brasil. *Revista De Administração Pública*, 54(4), 1010–1021. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81899>

NOGUEIRA, M. O.; ZUCOLOTO, G. F. Um pirilampo no porão: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das empresas e da informalidade no Brasil. 2. ed. Brasília: *Ipea*, 2019.

NUNES, E. A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Brasília: *Enap*, 1997.

RAVENTÓS, D. La renta básica. Barcelona: *Ariel*, 2001.

RIO DE JANEIRO. Decreto Nº 48706 de 1º de Abril de 2021. *Diário Oficial do Município*, 01/04/2021.

RIO DE JANEIRO. Lei Municipal nº 6.847 de 25 de março de 2021. *Diário Oficial do Município*, 26/03/2021

RIO DE JANEIRO. *Auxílio Empresa Carioca*, 2021. Disponível em: <  
<https://carioca.rio/servicos/auxilio-empresa-carioca/> > Acesso em: 15/06/2022

RIO DE JANEIRO. *Observatório Econômico do Rio. Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação*, 2022. Disponível em: <  
[https://observatorioeconomico.rio/wp-content/uploads/sites/5/2022/06/Audie%CC%82ncia-Pu%CC%81blica\\_Plano-Diretor\\_API\\_SMDEIS\\_Marcel-Balassiano\\_010622.pdf](https://observatorioeconomico.rio/wp-content/uploads/sites/5/2022/06/Audie%CC%82ncia-Pu%CC%81blica_Plano-Diretor_API_SMDEIS_Marcel-Balassiano_010622.pdf) > Acesso em: 02/07/2022

SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. Políticas públicas; coletânea. Brasília: *ENAP*, 2006. Disponível em < [https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1\\_0101\\_saravia.pdf](https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf) > Acesso em: 14/06/2022

SEBBEN, J. PROGER Urbano Empresarial como ferramenta para a melhoria na carteira de clientes do Banco do Brasil. *UFRGS*, 2007. Disponível em: <  
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14152> > Acesso em: 13/06/2022

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. O impacto da pandemia de coronavírus nos pequenos negócios – 2ª edição: resultados nacionais. *Sebrae*: Brasília, 2020

SENADO FEDERAL. Ajuda do governo só chegou a 15% das micros e pequenas empresas. *Agência Senado*, 13/10/2020. Disponível em <  
<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/13/ajuda-do-governo-so-chegou-a-15-das-micros-e-pequenas-empresas> > Acesso em 01/07/2022

SINDRIO. Dados do setor do setor de bares e restaurantes - Março. *Sindrio*, 2020a. Disponível em <  
<https://www.sindrio.com.br/2020/04/dados-do-setor-de-bares-e-restaurantes-marco/> > Acesso em 10/06/2022

SINDRIO. Dados do setor de bares e restaurantes - Abril. *Sindrio*, 2020b. Disponível em < <https://www.sindrio.com.br/2020/05/dados-do-setor-abril/#:~:text=As%20medidas%20de%20conten%C3%A7%C3%A3o%20do%20Coronav%C3%ADrus%20e%20isolamento%20social%20afetaram,compara%C3%A7%C3%A3o%20com%20abril%20de%202019.> > Acesso em: 10/06/2022

SINDRIO. Dados do setor de bares e restaurantes - Outubro. *Sindrio*, 2020c. Disponível em < <https://www.sindrio.com.br/2020/12/dados-do-setor-de-bares-e-restaurantes-outubro-3/> > Acesso em: 10/06/2022

TOKARNIA, M. Prefeitura do Rio abre cadastro para Auxílio Empresa Carioca. *Agência Brasil*, 07/04/2021. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/prefeitura-do-rio-abre-cadastro-para-auxilio-empresa-carioca-0> > Acesso em: 26/06/2022

PERUCHETTI, F. H. B. F. P. Quem mais sofreu com a queda de emprego no Brasil no ano de 2020?. *Blog do IBRE*, 10/08/2021. Disponível em < <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quem-mais-sofreu-com-queda-de-emprego-no-brasil-no-ano-d-e-2020> > Acesso em: 12/07/2022

PINTO, J. R. L. Políticas públicas e o conhecimento do “Estado em ação”. Teoria e Prática da Política. BATISTA, C.; MUÑOZ, E. p. 250. Curitiba: *Appris*, 2017

PÓRPORA, L. A flexibilização das leis trabalhistas em tempos de (in)certezas. *Revista Científica Integrada*, Vol. 3, Ed. 2, UNAERP, 2017. Disponível em: < <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-3-edcao-2/2408-rci-a-flexibilizacao-das-leis-trabalhistas-em-tempos-de-in-certezas/file> > Acesso em: 21/06/2022

THOENIG, J.. L’analyse des politiques publiques. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. *Traité de science politique*. v. 4: Les politiques publiques. Paris: PUF, 1985. p.1-60.

